

Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XV Curso de Especialização em Relações Internacionais

**Combate ao Terrorismo Internacional: uma perspectiva comparada
entre os Estados Unidos da América e a Federação Russa.**

Thiago Diniz Magno Pinto

Orientador: Maria Helena de Castro Santos, PhD

Dezembro 2013

Resumo:

As relações internacionais contemporâneas têm sido determinantemente afetadas pelas políticas antiterrorismo das potências internacionais, principalmente após 11 de setembro de 2001. Estas políticas refletem a maneira como essas potências se inserem na ordem internacional e percebem a ameaça das práticas terroristas a seu território e a sua hegemonia. Dessa forma, pretende-se analisar, sob o enfoque da Escola de Copenhague, as perspectivas norte-americana e russa no combate ao terrorismo transnacional e avaliar como suas perspectivas podem afetar o Sistema Internacional.

Palavras-chave: Análise de Política Externa; Estudos de Segurança Internacional; Política Externa Norte-americana; Política Externa Russa; Terrorismo.

Abstract:

Contemporary International Relations have been decisively affected by great-powers counterterrorism policies, especially after 9/11 attacks. How terrorism affects the International System depends on how the great powers are placed in the international order and on how they perceive the threat of terrorist acts to their territory and hegemony. Using the Copenhagen School approach, Russia and the United States' perspectives on counterterrorism policies will be analyzed and how they affect the International System will be evaluated.

Keywords: Foreign Policy Analysis; International Security Studies; American Foreign Policy; Russian Foreign Policy; Terrorism.

Sumário:

1. DA INTRODUÇÃO.....	03
1.1. <i>Metodologia.....</i>	<i>05</i>
1.2. <i>Definição de terrorismo.....</i>	<i>06</i>
1.3. <i>O processo de globalização, a disseminação da democracia e o terrorismo internacional.....</i>	<i>10</i>
2. DO TERRORISMO NOS ESTADO UNIDOS.....	14
2.1. <i>O ovo da serpente.....</i>	<i>14</i>
2.2. <i>O dia em que a Terra parou.....</i>	<i>16</i>
2.3. <i>"The Only Easy Day Was Yesterday".....</i>	<i>20</i>
3. DO TERRORISMO NA RÚSSIA.....	24
3.1. <i>"From Russia, with love"</i>	<i>24</i>
3.2. <i>Sem foice nem martelo.....</i>	<i>25</i>
3.3. <i>"A nossa pátria está onde somos amados."</i>	<i>26</i>
3.4. <i>A Diarquia Putin-Medvedev.....</i>	<i>28</i>
3.5. <i>O velho regionalismo unilateral da "Mãe Rússia".....</i>	<i>32</i>
4. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
5. DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

DA INTRODUÇÃO:

Liev Tolstói, em *Khadji-Murát*, inspirou-se na longa história de lutas na região do Cáucaso para escrever essa obra. Tolstói serviu como oficial do exército russo em sua juventude e ouviu muitas histórias de um herói nacionalista checheno chamado Khádji-Murát. Não obstante o autor de *Guerra e Paz* tenha descrito o protagonista de *Khadji-Murát* com características invejáveis a qualquer líder militar contemporâneo, o herói da obra de Tolstói poderia atualmente ser considerado um terrorista.

Se a percepção de sociedade sobre os terroristas tem mudado ao longo do tempo, a forma como estes percebem a si mesmos continua imutável desde a época em que Tolstói serviu ao exército russo. Consideram-se líderes revolucionários, mártires, heróis ou apenas "Davis" lutando contra seus respectivos "Golias". Diferentemente das demais formas de guerra contemporânea, que são, por bem ou por mal, alinhadas com os preceitos basilares da Organização das Nações Unidas (ONU), quando trata-se de terrorismo, a ideia de Nicolau Maquiavel (CESA 2013), de que os fins deveriam justificar os meios, continua a singularizar esse fenômeno na Sociedade Internacional, assim como expressiva parcela das políticas estatais colocadas em prática para combatê-lo.

O terrorismo é um dos grandes desafios enfrentados pela sociedade internacional contemporânea. Para muitos historiadores, 11 de setembro de 2001,

data em que os Estados Unidos da América (EUA) foram alvo do maior ataque terrorista até então realizado no mundo, pode ser considerada como um marco temporal para o início do século XXI, uma vez que alterou, de forma determinante, a agenda internacional dos Estados Unidos, maior potência econômica e militar do Sistema Internacional. O terrorismo se constitui em uma ameaça à ordem e à segurança internacional; produz impactos negativos na economia, no comércio e nos investimentos, bem como implica na reavaliação de questões referentes à ética, à política e ao direito internacional (HERZ 2010).

O propósito deste artigo será realizar uma análise histórica e geopolítica das medidas empreendidas na administração Bush e no Governo de Barack Obama na “Guerra ao Terror”, destacando as eventuais diferenças e semelhança entre elas. Pretende-se ainda analisar as peculiaridades do terrorismo que afeta a Federação Russa, principalmente em decorrência da "questão do Cáucaso" e traçar uma análise comparada entre as ações e a retórica de ambas as nações.

Os Estados Unidos e a Rússia, como legítima sucessora da ex-URSS, foram escolhidos como nações paradigmáticas por serem países centrais em termos de defesa e segurança internacional e por estarem relacionados, mesmo que indiretamente, à criação da al-Qaeda, uma vez que as lideranças dessa organização estão relacionadas à resistência à invasão do Afeganistão, por tropas da ex-URSS, e recebia suporte e treinamento do governo norte-americano. Essa célula terrorista, segundo Bergen (2001), foi estabelecida sob as ordens de Osama bin Laden no Paquistão no ano de 1988. Dessa forma, por ser anterior à duas guerras da Chechênia, onde o terrorismo foi tática usada pelos rebeldes, e ser emblemática entre as principais organizações terrorista modernas, adotar-se-á, neste artigo, o ano de 1988 como recorte temporal.

Metodologia:

Para o desenvolvimento desse artigo, optar-se-á pelo método qualitativo. Essa investigação trabalhará com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Esse tipo de investigação será indutivo e descritivo, na medida em que se desenvolverá conceitos, ideias e perspectivas a partir de padrões encontrados em

dados analisados. A investigação, dessa forma, será mais sensível ao contexto e será dotada, em parte, de certa subjetividade do analista.

Do ponto de vista teórico, optou-se pelas contribuições da Escola de Copenhague¹ e seus processos de construção do significado de segurança, em particular o processo de securitização. A *"securitização"* é a iniciativa que leva a política além das regras estabelecidas do jogo e identifica a questão como uma forma especial de política ou acima da política. A securitização pode ser vista, assim, como uma versão mais extrema da politização. Em tese, qualquer assunto público pode ser situado no espectro que vai de assuntos não politizados a assuntos politizados e ainda a assuntos securitizados (BUZAN et al., 1998, p. 23-24). O conceito de securitização proposto pela Escola de Copenhague é o exemplo mais evidente da aplicação da epistemologia construtivista no trabalho dessa escola de pensamento. De acordo com os construtivistas, o mundo social, assim como as identidades e os interesses dos agentes é construído por estruturas e processos intersubjetivos e coletivos. Enquanto os tradicionalistas vinculam o estudo da segurança à existência de ameaças objetivas, os autores da Escola Copenhague consideram que as ameaças à segurança são socialmente construídas. A securitização e os critérios para securitização, segundo os pensadores da Escola de Copenhague, são práticas intersubjetivas, por meio das quais um agente securitizador procura estabelecer socialmente a existência de uma ameaça à sobrevivência de uma unidade (BUZAN et al., 1998).

O conceito de securitização, assim, não pode ser entendido isoladamente. A securitização coloca as questões acima da política normal, e no âmbito do que Waeber (1995) denomina "política do pânico", na qual a desvinculação em relação às regras normais justifica tornar assuntos confidenciais, criar poderes executivos adicionais ou desempenhar atividades que, de outro modo, seriam ilegais. A securitização possui, portanto, impacto considerável sobre o processo decisório que

¹ A Escola de Copenhague trata-se do grupo o qual recebeu e deu maior projeção aos estudos em segurança (Garcia Suarez, 2012).

concerne a questões relacionadas ao objeto referente. O conceito de securitização desenvolvido pela Escola de Copenhague, desse modo, é representativo da posição intermediária que o grupo ocupa nas discussões teóricas do campo de segurança internacional. Embora os autores de Copenhague proponham um alargamento do conceito de segurança por meio do conceito de securitização, esse alargamento é circunscrito a um número de práticas e pautado por critérios determinados. Logo, a partir desses conceitos temos por objetivo explorar a forma pela qual o conceito de terrorismo e a percepção acerca desse fenômeno são deslocados para diferentes ambientes.

Definição de Terrorismo:

Para Bobbio (2008), apesar de corretamente o terrorismo ser entendido como a prática política de quem recorre sistematicamente à violência contra pessoas ou coisas provocando o terror, a distinção entre os dois conceitos representa o ponto de partida da análise de um fenômeno que, ao longo dos séculos, viu constantemente aumentar sua importância política. Pelo termo “terror” entende-se o instrumento de emergência a que um governo recorre para manter-se no poder. (BOBBIO, 2008) O exemplo mais conhecido desse uso do terror é o do período da ditadura do Comitê de Saúde Pública, liderado por Maximilien Robespierre e Louis Antoine Saint-Just durante a Revolução Francesa (1793-1794).

De fato, o recurso ao terror por parte de quem já detém o poder dentro do Estado não pode ser arrolado entre as formas de terrorismo político, porque este último se qualifica, ao contrário, como o instrumento ao qual recorrem determinados grupos para derrubar um Governo acusado de manter-se por meio do terror. (BOBBIO, 2011). É este, indubitavelmente, o caso do movimento revolucionário² russo no século passado que, em sua fase mais radical, fez do terrorismo seu

² O maior êxito, que também será o último, do movimento “Narodnaja volia”, que quer dizer “vontade do povo”, é representado pelo assassinato do czar Alexandre II no dia 1.º de março de 1881.

principal instrumento de luta. Diante da lentidão no crescimento da ação revolucionária, através da qual o princípio "do movimento do povo" se desenvolveu, o movimento clandestino orientou sua ação recorrendo a atividades terroristas dirigidas, seja para atingir os centros do poder constituído, seja para mostrar ao povo a força conseguida pelo mesmo movimento. O atentado político é, portanto, o momento catalisador que deve desencadear a luta política, abrindo caminho à conquista do poder (BOBBIO 2011).

Esta forma clássica de terrorismo apresenta algumas características fundamentais. Primeiramente, o terrorismo, que não pode consistir em um ou mais atos isolados, é a estratégia escolhida por um grupo ideologicamente homogêneo, que desenvolve sua luta clandestinamente entre o povo para convencê-lo a recorrer a ações demonstrativas que têm o papel de "vingar" as vítimas da repressão exercida pela autoridade do governo estabelecido. Além disso, tem-se por objetivo demonstrar como a capacidade de atingir o centro do poder é o resultado de uma organização sólida e de uma ampla possibilidade de ação: por meio de uma quantidade crescente de atentados³, que simbolizam o aumento qualitativo e também quantitativo do movimento revolucionário. Em resumo, a prática terrorista adapta-se a uma situação sociopolítica particularmente atrasada, na qual é necessário despertar a consciência popular e fazer com que o povo passe do ressentimento passivo à luta ativa através daquele que poderia ser definido como um verdadeiro atalho no processo do crescimento revolucionário (BOBBIO 2011).

Até o momento, o terrorismo foi analisado enquanto fenômeno limitado ao âmbito do Estado. Com características em parte diferentes, apresenta-se o mesmo fenômeno quando inserido num contexto político internacional, em particular no caso das guerras de libertação nacional. Neste quadro, o recurso ao terrorismo contra as formas de ocupação do inimigo, por exemplo, assume o mesmo papel positivo, apesar de limitado, do terrorismo russo do século passado, na medida em que, atingindo exclusivamente o inimigo, representou o instrumento para o despertar da

³ Principalmente entre os anos de 1878 e 1881 na Rússia.

consciência popular e para uma primeira agregação de forças. Surge assim o valor fundamental da prática terrorista a qual Bobbio (2011) se refere, ou seja, o valor "demonstrativo", que, embora baseado em ações de tipo espontâneo e individualista, é normalmente a condição inicial para a tomada de consciência, que deverá, posteriormente, chegar a formas mais orgânicas de luta por grupos.

A primeira tentativa de elaboração convencional para enfrentar esse delito internacional desenvolveu-se sob os auspícios da Liga das Nações, em 1937, com a adoção da *Convenção para a Prevenção e Repressão do Terrorismo*, a qual não entrou em vigor por falta de ratificações. Atualmente, no plano universal e regional, existem, pelo menos, 13 relevantes convenções de combate ao terrorismo em vigor. Nizar Messari (2010), a partir de lições retiradas das táticas e estratégias de luta contra o terrorismo ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, propõe a formação de um tripé composto pelas seguintes atividades: localização, isolamento e erradicação. No caso da Al-Qaeda, segundo ainda Messari (2010), sua absoluta indisposição em face à possibilidade de negociação, faz a estratégia de erradicação a única viável. Já no que se refere ao Hamas, o autor defende que a via política deva prevalecer, pois se trata de um grupo de alta capilaridade nos territórios palestinos, atuando inclusive por meio de medidas de apoio social à população. (HERZ, 2010).

É preciso não perder de vista que as convenções internacionais sobre o assunto não apresentam uma definição universal sobre o fenômeno, deixando aos Estados a tarefa de fazê-lo (CRETELLA 2008). Considerando a complexidade em se definir terrorismo no âmbito internacional, adotaremos nesse artigo o posicionamento da Organização das Nações Unidas sobre o assunto, ainda que não seja, *per se*, uma definição. A *Declaração sobre Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional* assim se refere ao fenômeno: "*atos criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral, num grupo de pessoas ou em indivíduos para fins políticos são injustificáveis em qualquer circunstância, independentemente das considerações de ordem política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de qualquer outra natureza que possam ser invocadas para justificá-los*" (Resolução 49/60 da Assembleia Geral, de 17 de fevereiro de 1995). Além disso, faremos uso da definição de terrorismo extraída do documento norte-americano chamado *Uniting and Strengthening America by*

Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism (USA Patriot Act, 2001) e das diretrizes russas de combate ao terrorismo traduzidas para o inglês sob o título “*On the Fight against Terrorism*”.

Segundo o *USA PATRIOT Act*, a definição de terrorismo é “*activities that (A) involve acts dangerous to human life that are a violation of the criminal laws of the U.S. or of any state, that (B) appear to be intended (i) to intimidate or coerce a civilian population, (ii) to influence the policy of a government by intimidation or coercion, or (iii) to affect the conduct of a government by mass destruction, assassination, or kidnapping, and (C) occur primarily within the territorial jurisdiction of the U.S.*” (**Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act of 2001**).

Inserida no documento intitulado *On the Fight against Terrorism (1998)*⁴, uma das definições oficiais adotadas pelo governo russo sobre o fenômeno do terrorismo é: “*violence or the threat of violence against individuals or organizations, and also the destruction (damaging) of or threat to destroy (damage) property and other material objects implemented with a view to violating public security, intimidating the population, or influencing the adoption of decisions advantageous to terrorists by governing authorities, or satisfying their unlawful material and (or) other interests*”.

Segundo Cunha (2009), a despeito da inexistência de uma definição unânime de terrorismo, os documentos internacionais antiterroristas, sobretudo aqueles das Nações Unidas, são percebidos como apontando para um sistema coerente que constitui verdadeiro código de conduta na matéria. É possível afirmar, dessa forma,

⁴ “*The definition of terrorism in Russia’s law “On the Fight against Terrorism” passed in July 1998 was more tightly defined than catchall Western legal definitions introduced under the U.S. Patriot Act of 2001, the British antiterrorism laws passed in 1974, 1989, 2000, and 2006, respectively, and, most generic of all, the European Council’s common position on terrorism of December 2001*”. (Terrorism: a threat to democracies. Assembly debate on 29 January 2004, report of the Political Affairs Committee, recommendation 1644 of the Council of Europe).

que a estrutura de combate ao terrorismo internacional atingiu, após o 11 de Setembro, níveis de institucionalização, cooperação e consentimento que permitem sua classificação como um “Regime Internacional”. A eficácia desse regime dependeria da condenação geral ao terrorismo como método político e da fiscalização dessa condenação pelos principais atores internacionais, sobretudo os EUA (CUNHA, 2009).

O processo de globalização, a disseminação da democracia e do terrorismo internacional:

Hobsbawn (2007), faz importantes considerações sobre as formas de terrorismo antes e após os anos de 1970, mais precisamente destacando o papel da Revolução Iraniana (1979) nesse processo de mudanças. Nesse período, surgiu uma importante inovação que se mostrou singularmente terrível: o “homem-bomba”. A inovação tem origem como uma derivação da Revolução Iraniana, impregnado da poderosa ideologia islâmica xiita, que idealizava o martírio, e foi empregado pela primeira vez com o efeito de produzir efeitos decisivos em 1983, contra os americanos, pelo Hezbollah no Líbano. Sua eficácia foi tão clara que a prática se estendeu aos Tigres Tâmeis em 1987, ao Hamas, na Palestina, em 1993, a à al-Qaeda e outros extremistas islâmicos, na Caxemira e na Chechênia, entre 1998 e 2000. *“Um dos sinais infelizes de barbarização está na descoberta, pelos terroristas, de que, sempre que tenha vulto suficiente para aparecer nas telas do mundo, o assassinato em massa de homens e mulheres em lugares públicos tem mais valor como provocador de manchetes do que todos os outros alvos a bombas, com exceção dos mais célebres e simbólicos”* (HOBBSAWN, 2007 p. 127).

Ademais, para Hobsbawn (2007), a globalização, acompanhada de mercados livres, trouxe consigo uma dramática acentuação das desigualdades econômicas e sociais no interior das nações e entre elas. Esse surto de desigualdade, especialmente em condições de extrema instabilidade econômica como as que se criaram com os mercados livres globais na década de 1990, está na base das importantes tensões sociais e políticas do novo século. Dessa forma, segundo Keohane (2002), *“the globalization of informal violence was not created by September 11. Indeed, earlier*

examples, extending back to piracy in the seventeenth century, can be easily found. But the significance of globalization – of violence, as well as economically and socially – is not its absolute newness but its increasing magnitude as a result of sharp declines in the costs of global communications and transportation”.

Atualmente, para Hobsbawn (2007), estaríamos engajados no que parece ser um reordenamento planejado do mundo protagonizado pelas potências globais. Os conflitos no Afeganistão e no Iraque seriam apenas uma parte de um esforço supostamente universal de criação de uma nova ordem mundial por meio da “disseminação da democracia”. Essa cruzada implicaria que esse sistema político pode ser aplicável de forma padronizada e teria êxito em qualquer lugar; que poderia remediar os dilemas transnacionais da atualidade e trazer paz, invés de semear a desordem. O que, para o historiador britânico não seria uma verdade⁵. Tampouco seria provável que a democracia eleitoral produza resultados convenientes às potências hegemônicas ou imperiais. Mas essas incertezas não diminuem a atração exercida pelas eleições democráticas. Os Bálcãs, por exemplo, parecem demonstrar que áreas de conflito e catástrofes humanitárias requerem, se necessário, a intervenção militar de países fortes e estáveis. Na ausência de uma governança internacional efetiva, alguns interesses humanitários continuam dispostos a apoiar uma ordem mundial imposta pelo poder, em particular, dos Estados Unidos. Apesar disso, vários outros fatores explicam a crença, ilusória e perigosa, de que a propagação da democracia, por parte de forças militares estrangeiras, seria factível em qualquer contexto.

A relação entre aqueles para quem uma grande causa da humanidade é essencial e as ações de qualquer Estado, segundo Hobsbawn (2010), pode ser de aliança ou oposição, mas nunca de identificação permanente. Mesmo os raros casos de jovens Estados revolucionários que buscam genuinamente difundir sua mensagem universal – a França depois de 1792, a Rússia depois de 1917, mas não os Estados Unidos isolacionistas de George Washington – têm duração curta. A posição tópica

⁵ “Essa ideia não é apenas quixotesca: é perigosa” HOBBSAWN (2010).

de qualquer Estado é defender seus interesses. A “disseminação da democracia”, assim, pode ter agravado conflitos étnicos e produzido a desintegração de países em regiões multinacionais ou multicomunitárias, tanto depois de 1918 quanto depois de 1989. Os países poderosos estão tratando de disseminar um sistema que até eles próprios consideram, por vezes, inadequado para enfrentar os desafios de nossa época. Ademais, hoje sabemos a respeito da maneira pela qual foram tomadas as decisões de ir à guerra contra o Iraque em pelo menos dois países de inquestionável credenciais de boa-fé democrática: os EUA e o Reino Unido. Sem mencionar seu envolvimento com problemas complexos de ocultamento e enganos, a democracia eleitoral e as assembleias participativas tiveram pouca relação com esse processo. As decisões foram tomadas em privado por pequenos grupos de autoridades, de um modo não muito diferente do que teria ocorrido em países não democráticos (HOBSEBAWN, 2010).

A crítica de Hobsbawn (2007) acerca da relação entre estabilidade internacional e disseminação da democracia, dessa forma é cética e, até certo ponto, ríspida: *“no discurso público ocidental de hoje falam-se mais bobagens e absurdos sobre a democracia, especialmente sobre as qualidades milagrosas atribuídas aos governos eleitos por majorias aritméticas de votantes que escolhem entre diferentes partidos, do que, praticamente, sobre qualquer outra palavra ou conceito político. Na retórica recente dos Estados Unidos, a palavra perdeu todo contato com a realidade* (HOBSEBAWN, 2010 p.127).

Não obstante os argumentos citados por Hobsbawn (2007), a perspectiva do governo norte-americano sobre o fenômeno do terrorismo internacional está, entre outros motivos, relacionada a ausência de democracia⁶ em certos países. A repressão

⁶ “Yet if you examine the spread of democracy, as Robert Kagan has done, a different picture emerges. Democracy flourished under British hegemony and then retreated as fascism took root—not because of invasion but because of imitation in places such as Latin America. In 1941 the world contained only a dozen democracies. As Samuel Huntington, a political scientist, has explained, the system then spread in waves, partly because America used its influence to help democracy take root in countries like Taiwan and Poland, and to protect young democracies in countries like Bolivia, South

usada contra meios pacíficos de dissidência política pode forçar movimentos de oposição à clandestinidade e encorajá-los a recorrer à violência, como ocorreu tanto na Arábia Saudita como no Egito. Quanto o processo político é aberto à expressão de diversos pontos de vista e a oposição é representada nas estruturas de poder, a violência pode tornar-se menos frequente. Apesar disso, encontram-se na própria história norte-americana emblemáticos exemplos, como o atentado de Oklahoma. Outro exemplo interessante em um país democrático seria o atentado no metrô de Tóquio, perpetrado pelo grupo terrorista *Aum Shinrikyo*⁷. As democracias, as quais toleram a dissidência, podem descobrir que estão, inclusive, sendo portos seguros para conspirações terroristas, como foi o caso da Alemanha, que descobriu tal conspiração na véspera do 11 de Setembro, e das descobertas feitas na Grã-Bretanha em 2005 e 2006 (HERZ, 2010).

Ressalta-se ainda, que muitas vezes observou-se que regimes ditatoriais são relativamente imunes ao terrorismo. O fenômeno era quase desconhecido na União soviética estalinista, e na Alemanha nazista o único atentado contra Adolf Hitler teve de esperar o enfraquecimento do regime em 1944. Ditaduras são, por definição, mais repressivas, portanto, mesmo que aconteçam atos terroristas, eles são geralmente censurados. Não se beneficiam de nenhuma cobertura da mídia e não reverberam na opinião pública. Um ataque terrorista sem divulgação é como se não ocorresse: é quase inútil do ponto de vista dos perpetradores. (HERZ, 2010). Isso é, certamente, um aspecto muito relevante, quando se pretende comparar as políticas antiterroristas nos EUA e na Rússia, que tem um regime mais centralizado e fechado do que o dos EUA.

Korea and the Philippines. According to Mr. Kagan, the fallacy is to think that the liberal order rests on the triumph of its ideals. "International order is not an evolution," he writes, "it is an imposition". (The Economist, p. 5-6, 23 nov, 2013).

⁷ *"Aum Shinrikyo, which is also known as Aum and Aleph, is a Japanese cult that combines tenets from Buddhism, Hinduism, and is obsessed with the apocalypse. The group made headlines around the world in 1995 when members carried out a chemical attack on the Tokyo subway system". (Council on Foreign Relations).*

DO TERRORISMO NOS ESTADOS UNIDOS:

O ovo da serpente⁸:

Como já mencionado anteriormente, a al-Qaeda foi estabelecida sob as ordens do militante sunita Osama bin Laden no Paquistão ao final dos anos de 1980, como uma organização hierárquica, centralizada⁹ e burocrática. Inicialmente, bin Laden foi influenciado pelas opiniões e visões de seu mentor Abdullah Azzam, que organizou o apoio árabe aos *mujahidin* que lutaram contra a ocupação soviética no Afeganistão. Bin Laden era também relacionado a Ayman al-Zawahiri e à sua organização, a *Jihad Islâmica Egípcia*, que tinha por objetivo derrubar o governo do Egito e que posteriormente se fundiu com a al-Qaeda. Osama bin Laden estava determinado a treinar um exército para fazer a *Jihad*, primeiro contra a União Soviética, e quando essa meta fosse alcançada, a Guerra Santa seria realizada contra os novos ocupantes das terras muçulmanas e também defensores de Israel: os Estados Unidos. Ao voltar para sua terra natal, na Arábia Saudita, bin Laden se ofereceu para ajudar a defender o Reino contra o ataque iraquiano que invadira o Kuwait, entretanto, sua oferta foi rejeitada. Bin Laden se tornou, a partir desse momento, um feroz crítico ao governo saudita não só pelo fato de as lideranças do país terem concordado com a presença de tropas americanas em um território muçulmano, mas também por questões internas do governo do país, como corrupção e ineficiência. (HERZ, 2010)

⁸ Apesar da evidente referência ao filme de Ingmar Bergman, o título presta-se, também, à relação entre os Estados Unidos e bin Laden, porquanto bin Laden teria recebido treinamento e apoio dos norte-americanos em sua guerrilha de resistência à ocupação soviética no Afeganistão.

⁹ Mas tarde, sua estrutura foi forçada a se tornar descentralizada devido à intensa resposta internacional aos ataques de 11 de Setembro de 2001.

Osama bin Laden foi, então, “convidado” a se retirar da Arábia Saudita e estabeleceu-se no Sudão, país que passara a ter um regime islâmico propício ao treinamento e ao financiamento de sua *Jihad* em conflitos nos antigos territórios da União Soviética e da Iugoslávia. Em verdade, Osama bin Laden, ofereceu seu apoio onde quer que grupos muçulmanos estivessem lutando contra governos seculares, incluindo ofertas de ajuda às Filipinas e à Indonésia; além de estar envolvido na oposição da intervenção norte-americana na Somália. Em 1994, Bin Laden foi expulso do Sudão e teve de retornar ao Afeganistão, onde o regime Talibã estava prestes a tomar o poder após a guerra civil que se seguiu à retirada soviética (HERZ, 2010).

Nos Estados Unidos, o medo de um ataque expressivo, perpetrado por terroristas estrangeiros, em solo norte-americano, data, pelo menos, da década de 1970, durante a Administração Gerald Ford. No entanto, essa ameaça sempre fora vista como parcial e esporádica. A Presidência não se preocupava com o tema do terrorismo de maneira contínua. O Presidente Ronald Reagan pode ser considerado uma exceção, porquanto assumiu o governo tendo o terrorismo como item prioritário de sua agenda, algo inédito até então. Em seus dois mandatos, envolveu-se ativamente, entre outros exemplos ligados ao combate ao terrorismo, em negociações de reféns no Líbano. Reagan parecia estar determinado a compensar o que via como a debilidade de Carter na defesa dos interesses norte-americanos durante a crise dos reféns no Irã. Mesmo assim, não se pode dizer que o combate ao terrorismo fazia parte da "grande estratégia" dos Estados Unidos.

Durante os governos de William (Bill) Clinton (1993-2001) e de George W. Bush (1989-1993), prevalecia a tendência de interpretar o terrorismo segundo as suas concepções prévias sobre a política externa norte-americana no mundo pós-guerra fria. O Governo de Bill Clinton desejava inicialmente distinguir-se de seus antecessores tratando o terrorismo como apenas uma das várias ameaças externas transnacionais, mas não como um possível instrumento de agressão a um Estado. O Governo rejeitou com firmeza a premissa de que o terrorismo refletia o "choque de civilizações" de Huntington (1997). Apesar dessas observações, em 1995, o Presidente Clinton já havia assinado a “*Presidential Decision Directive 39*”, propondo um pacote legislativo para promover uma atitude mais proativa do

Governo frente à ameaça terrorista, mas a maior parte daquilo que foi solicitado não foi autorizado. O ataque a bomba em 1995 do prédio federal em Oklahoma City havia sido, até então, o mais destrutivo ataque terrorista da história norte-americana. Timothy McVeigh, autor desse atentado terrorista, era seguidor de grupos paramilitares de extrema direita. Apesar disso, a Administração Clinton reconheceu o ineditismo da al-Qaeda e compreendeu que a principal ambição de Osama bin Laden seria realizar um ataque em solo norte-americano. Entretanto, não obstante algumas operações de forças especiais e de agentes de inteligência realizadas com o propósito de enfraquecer a al-Qaeda, a Organização já estava suficientemente forte e estruturada (HERZ, 2010).

Pode-se considerar que houve um padrão cíclico em que a ameaça terrorista era enfatizada e, em seguida, minimizada. Em geral, nos EUA, antes de 2001, segundo Herz (2010), o terrorismo só era considerado uma séria ameaça à segurança nacional quando associado a armas de destruição em massa. O antiterrorismo nunca tinha sido consistentemente integrado ao arcabouço geral da política externa norte-americana. Entre 1996 e 2001, no entanto, houve uma ampliação progressiva das operações secretas da *Central Intelligence Agency* (CIA) com o intuito de desarticular as atividades de bin Laden e impedir-lhe acesso a armas de destruição em massa. As sanções econômicas e diplomáticas contra o regime Talibã no Afeganistão foram gradativamente acentuadas, com o respaldo das Nações Unidas. Nos últimos meses do Governo Clinton¹⁰, membros do Conselho de Segurança Nacional (CSN) desenvolveram um plano para uma estratégia antiterrorismo mais proativa, que pressupunha, inclusive, empregar os meios da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na luta contra o Talibã (HERZ, 2010).

Nem mesmo os ataques a bomba simultâneos nas embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia (1998) e o ataque ao USS Cole, próximo a costa do Iêmen, foram suficientes para tornar o terrorismo uma prioridade em termos de

¹⁰ No Governo Clinton, os EUA já iniciavam a prática da capitulação, em vez da extradição ou da deportação dos suspeitos de terrorismo. (HERTZ, 2012).

segurança nacional ou como elemento essencial do planejamento de política externa. Mas não se pode presumir, contudo, que os governos estadunidenses ficaram inertes ou foram passivos ao terrorismo internacional. Na Administração Clinton, por exemplo, após os atentados na África Oriental, o Governo respondeu com ataques com mísseis de cruzeiro a uma indústria farmacêutica no Sudão suspeita de manter relações com a al-Qaeda (HERZ, 2010).

O dia em que a Terra parou:

Os impactos dos ataques realizados pela organização terrorista al-Qaeda, na manhã de 11 de setembro de 2001, foram sentidos em múltiplos campos e distintas esferas. Nos Estados Unidos, os atentados incitaram fortes sentimentos de unidade na sociedade norte-americana, promovendo um espírito de coesão nacional. A população apoiou a reação do Presidente George W. Bush, que, imediatamente, após os atentados, alcançou índices inéditos de aprovação popular. Para Stephen Walt, os atentados em Nova Iorque haviam desencadeado a mais rápida e radical mudança já verificada na história da política externa norte-americana (HERZ, 2010). E isso, sem dúvida, afetou todo o sistema internacional.

Em 2001, a OTAN invocou pela primeira vez sua cláusula de defesa coletiva. Além disso, as Nações Unidas, as lideranças da OTAN e os membros da União Europeia (UE) concordaram em desenvolver imediatamente políticas antiterroristas baseadas na cooperação internacional. O choque provocado pelos ataques criou um sentimento genuíno de insegurança coletiva. Após os ataques, gerou-se evidente solidariedade internacional para com os Estados Unidos e mobilizou-se amplo apoio político para derrubar o regime Talibã e destruir as bases da al-Qaeda no Afeganistão. A guerra no Afeganistão foi internacionalmente aprovada como uma resposta legítima. Como uma das consequências domésticas, os atentados levaram ao aprofundamento das tendências neoconservadoras dentro do Governo do republicano George W. Bush. Foram ainda aprovadas medidas controversas, como por exemplo, o "*Uniting and Strengthening America by Appropriating Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act of 2001*" (USA Patriot Act). No contexto internacional, líderes de diversos países não tardaram a manifestar solidariedade, demonstrando imediato apoio aos Estados Unidos. A reprovação ao

ato de terrorismo perpetrado pela al-Qaeda contra os norte-americanos foi das mais amplas e partiu de variados setores da comunidade internacional, incluindo chefes de governo, entidades da sociedade civil e movimentos sociais (HERZ, 2010).

Para o Presidente George W. Bush, estava declarada a "Guerra ao Terror", e ninguém, na sociedade internacional, deveria ser indiferente à sua realização. Tal como exposto pelo próprio Presidente, em discursos ao Congresso, em 20 de setembro de 2001, "*toda nação, em todas as regiões, tem agora uma decisão a tomar: ou vocês estão conosco ou estão com os terroristas*" (tradução livre). Assim, a imagem que passou a prevalecer, especialmente nos Estados Unidos, é de que a al-Qaeda e o terrorismo *jihadista* tinha por meta minar os valores sobre os quais a civilização ocidental foi construída. São movimentos vistos como uma ameaça à democracia, à tolerância e a liberdade. A visão do governo norte-americano passou a ser que eles eram odiados por aquilo que eles eram. Não importava se esse quadro a respeito dos motivos por trás do terrorismo fosse ou não verdadeiro; o fato é que ele teve um poderoso impacto emocional (HERZ, 2010).

Sobretudo no âmbito externo, a ação dos EUA recebeu grande influência do pensamento neoconservador, mas apresentado como única resposta possível ao terror. Essas opiniões informariam o maior unilateralismo e a insistência dos EUA em enfatizar o combate ao apoio estatal ao terrorismo (CUNHA, 2009). Ressalta-se que Vladimir Putin, Presidente da Federação Russa, foi o primeiro líder nacional a telefonar pra o Presidente George W. Bush, após os atentados, ocasião que ofereceu sólida ajuda russa ao combate do terrorismo internacional. Essa aproximação política entre a Rússia e os EUA também resultou em importante apoio logístico à ofensiva no Afeganistão e uma permissão tácita para que fossem instaladas bases norte-americanas no Quirguistão e no Uzbequistão. Nos cálculos políticos do Kremlin, o inserção do poderio militar estadunidense nessa região seria compensado pela colaboração que essa presença daria na luta contra o avanço do islamismo radical nos Estados centro-asiáticos e no Cáucaso do Norte (PECEQUILO, 2010).

Em termos estratégicos, a resposta mais significativa dos EUA, em um primeiro momento, foi dada com a elaboração de uma série de documentos doutrinários relacionados à tática e à estratégia estadunidense para eliminar a ameaça terrorista, dentre os quais, merecem destaque: a *National Security Strategy of United*

States of America (2002); a *National Strategy for Combating Terrorism* (2003) e, mas tarde, a *National Security Strategy* (2006) (HERTZ 2010). Foi também criado o *Department of Homeland Security*, bem como centralizou-se parte importante das atividades de inteligência no País. Os atentados de 11 de Setembro, de 2001, segundo alguns especialistas, resultaram na maior reforma doméstica da Administração norte-americana desde a Segunda Guerra Mundial. Quanto às táticas vislumbradas, a prática de capitulação internacional de suspeitos de terrorismo também foi fortemente ampliada. No aspecto jurídico, foi introduzido o conceito de “combatentes inimigos fora da lei”, para justificar a prisão de suspeitos de planejar atentados terroristas e legitimar os centros militares de detenção no Afeganistão e na Baía de Guantánamo, em Cuba. A classificação dos supostos terroristas sob a ótica desse conceito, segundo as autoridades americanas, afastava, por exemplo, os direitos estabelecidos nas Convenções de Genebra de 1949 e da Haia, ou seja, o *jus in bellum*. Essas práticas foram, com razão, duramente criticada, dentro e fora dos EUA, como sendo uma forma de violação do Direito Internacional e, principalmente, dos Direitos Humanos (PECEQUILO, 2010).

No contexto sistêmico, portanto, os atentados em Nova York e Washington levaram à declaração da Guerra Global Contra o Terrorismo, a intervenção militar no Afeganistão e uma guerra preemptiva contra o Iraque em 2003, sob o pretexto de que o Iraque poderia fornecer armas de destruição em massa a grupos terroristas. Entretanto, a controversa decisão de invadir o Iraque iniciou uma série de discordâncias entre as principais potências internacionais. À ofensiva militar seguiu-se a adoção de uma nova estratégia de segurança nos Estados Unidos, baseada na prevenção militar de ameaças, incluindo a possibilidade doutrinária de derrubar regime políticos que pudessem apoiar grupos terroristas. Quando a acusação de que o Iraque possuiria armas químicas, nucleares ou biológicas mostrou-se infundada, os EUA mudaram a ênfase de seu discurso, argumentando que o princípio motivador da

operação “*Iraqi Freedom*”¹¹ seria o propósito de construir um pleno regime democrático naquele país. E isso seria, por conseguinte, a “pedra angular” para transformar toda a precária situação política do Oriente Médio. Além disso, a revelação dos maus tratos, pelos militares norte-americanos, a prisioneiros de *Abu Ghrabi*, no Iraque, gerou enorme indignação mundial e crescentes preocupações, por parte de seus principais aliados militares, com o uso irrestrito da prática de tortura pelas forças norte-americanas no combate ao terrorismo internacional (HERTZ, 2010).

"The Only Easy Day Was Yesterday"¹²:

O Presidente Barack Obama¹³ assumiu a Presidência norte-americana com uma retórica bem diferente de seu antecessor. Mostrou-se mais preocupado em recuperar a credibilidade internacional dos EUA e reassumir o protagonismo mundial em questão de Direitos Humanos. Dessa forma, esperava-se em sua Administração, inicialmente, a retirada das tropas norte-americanas do Iraque e do Afeganistão, bem como o fechamento da prisão de Guantánamo e outros centros de interrogatório e prisões da CIA pelo mundo. Apesar das expectativas de mudança e da nova retórica da Presidência democrata, é importante ressaltar que o Presidente Obama manteve, em um primeiro momento, o Sr. Robert Gates como Secretário de Defesa. Ainda no início de seu mandato, o Presidente Obama realizou importante mudança na retórica oficial estadunidense em relação ao combate ao terrorismo: o que na Administração George W. Bush foi chamada de "Guerra ao Terror", na Administração Obama

¹¹ “The US invasion of Iraq was originally called 'Operation Iraqi Liberation', but was quickly changed after realizing that spelled “OIL””. DOLON, Chris J. **Bush Doctrine and U.S Interventionism**, 2004.

¹²Essa frase faz alusão ao lema dos *U.S Navy SEALs*, unidade de elite que orquestrou a missão de assassinado de Osama bin Laden.

¹³ “*In his speeches Mr. Obama has made a stab at setting a new balance. He starts by affirming democracy, human rights and open markets, insisting that they are not Western exports but fundamental values*”. (The Economist, vol. 409, number 8863, p. 13-15, 23 nov, 2013).

passou a chamar-se "luta contra ideologia extremista violenta". Dessa forma, Barack Obama tentou limitar os instrumentos pelos quais os Estados Unidos pretendem enfrentar a ameaça terrorista, principalmente no que diz respeito à guerra preemptiva da "Doutrina Bush". O Presidente Obama indicou um possível retorno à concepção segundo a qual os terroristas deveriam ser tratados como criminosos, e não como "combatentes inimigos fora da lei".

Ademais, na *Estratégia de Segurança Nacional* (NSS), o Presidente Obama declarou que sua guerra não é contra o terror, mas sim contra a al-Qaeda, numa tentativa de delimitar o inimigo nacional dos Estados Unidos; rechaçando a ideia de que os Estados Unidos estariam em uma cruzada ideológica mundial. O aspecto mais simbólico do combate ao terrorismo internacional na Administração Obama foi, sem dúvida, o assassinato do inimigo número um dos Estados Unidos, Osama bin-Laden, durante a operação intitulada de "Neptune Spear". O assassinato do líder da al-Qaeda, segundo os relatos de Owen (2012), ocorreu no Paquistão, em 02 de maio de 2011, após um "cinematográfico" ataque surpresa executado pelo *SEAL Team Six* (United States Naval Special Warfare Development Group), uma unidade de elite da marinha americana.

Contrastando com a aprovação, doméstica e internacional¹⁴, que obteve a *Operation Neptune Spear*, os recorrentes ataques realizados por drones¹⁵ norte-

¹⁴ Excetuando, evidentemente, o governo do Paquistão, que se sentiu traído pelas autoridades americanas no planejamento secreto e na execução da "*Operation Neptune Spear*", operação militar na qual o Paquistão teve sua soberania violada.

¹⁵ Drones tem sido um nome genérico utilizado pela imprensa para designar "Unmanned Aerial Vehicle (UAV/UAS)", "Veículos Aéreos Não Tripulados" (VANT) ou "Aeronaves Remotamente Pilotadas" (ARP). A maior parte dos ataques norte-americanos tem sido realizada pelo *General Atomics MQ-9 Reaper*. Esse tipo de veículo, desde a entrada em operação do *MQ-1 Predator*, em meados dos anos de 1990, já foi utilizado em inúmeros ataques nos Bálcãs, no Afeganistão, no Paquistão, no Iraque, no Iêmen, na Líbia, na Somália, no Irã e nas Filipinas. Por suas características técnicas e táticas (teto de operação de até 50,000 pés), a identificação e a interceptação deles por parte de forças aéreas hostis, na maior parte dos casos, é bem difícil. Ademais, é importante destacar, que nas operações com UAV, além das evidentes vantagens técnicas, evita-se o risco de um piloto norte-

americanos, principalmente no território do Paquistão, tem sido extremamente criticados pela comunidade internacional e custado, segundo algumas organizações não governamentais de defesa dos Direitos Humanos, a vida de centenas de civis inocentes. Citando estatísticas da Comissão de Direitos Humanos do Paquistão, Christof Heyns, Relator Especial da ONU sobre Execuções Extrajudiciais, afirmou que os drones americanos mataram pelo menos 957 pessoas apenas em 2010¹⁶. Em um discurso realizado em 23/05/2013, na *National Defense University*, o Presidente Obama anunciou oficialmente que redefiniria a estratégia de combate ao terrorismo, com o propósito reduzir a dependência tática das forças norte-americanas ao emprego de drones em missões de eliminação de "suspeitos".

Em decorrência dessas severas críticas provocadas pela divulgação, pela imprensa internacional, da “guerra secreta” que vem sendo realizada por drones, já no final de 2013, a Administração Obama parece ter optado por uma forma mais tradicional do combate ao terrorismo. Com efeito, os Estados Unidos lançaram dois ataques contra duas bases de supostos terroristas na Somália e Líbia¹⁷. Na Somália, unidades de elite da marinha norte-americana tentaram capturar um dos líderes do grupo terrorista al-Shabab, mas a missão fracassou. Na Líbia, as tropas americanas capturaram um dos líderes da Al-Qaeda há muito tempo procurado por sua ação nos atentados das embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia, ocorridos ainda no

americano ser abatido e, eventualmente, capturado em um território hostil, o que poderia gerar grande comoção interna e a necessidade de um esforço diplomático excepcional para libertá-lo.

¹⁶ http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session20/A-HRC-20-22_Add3_en.pdf

¹⁷ Cf. a análise do Le Figaro: “*La nouvelle doctrine en la matière a été révélée par Barack Obama en mai dernier, douze ans après le 11 septembre 2001 et les promesses faites par George W. Bush de porter la « guerre contre la terreur » partout où se trouvaient les terroristes. Depuis les attentats contre le World Trade Center, les militaires américains ont concentré leurs forces dans des batailles menées contre un ennemi asymétrique, souvent invisible, aguerri aux techniques de la guérilla. Deux échecs plus tard, en Irak et en Afghanistan, Barack Obama a été élu en promettant d’être un homme de paix, qui éviterait désormais à l’Amérique de s’enliser dans de longs conflits au sol.*” (LE FIGARO, OCT 11, 2013).

final dos anos de 1990. Segundo alguns especialistas, além de as missões de captura, em geral, causar um número menor de baixas civis, algo que tem sido muito criticado internacionalmente nos ataques do drones, há de se destacar que mais de 80% das informações sobre a localização e as ações de células terroristas ainda atuantes são resultado de interrogatório com os terroristas capturados. Além de se contrapor à retórica da Administração Obama, essa tática encontra respaldo operacional, em detrimento dos assassinatos realizados por drones. Ademais, é importante destacar que muitas das operações militares internacionais realizadas durante a Administração Obama tiveram respaldo do Conselho de Segurança da ONU¹⁸.

Não obstante esses esforços da Administração Obama em melhorar a imagem externa do país, o ódio *jihadista* aos norte-americanos continua motivando atos terroristas contra o País. Exemplo emblemático disso foi o atentado terrorista à Maratona de Boston, no início de 2013, perpetrado pelos irmãos, de origem chechena, Tamerlan Tsarnev e Dzhokhar Tsarnev, em que três pessoas morreram e mais de 200 ficaram feridas. A pedido da Rússia, o *Federal Bureau of Investigation* (FBI) interrogou Tamerlan Tsarnev no início de 2011¹⁹, com o propósito de investigar suas possíveis ligações com grupos radicais islâmicos da região do Cáucaso. Apesar das suspeitas dos serviços de inteligências da Federação Russa, após investigação do FBI, os dois irmãos, que viviam legalmente nos EUA, pararam de ser monitorados pelas autoridades americanas, por falta de provas. Após o atentado em Boston, contudo, o FBI descobriu que Tamerlan Tsarnev tinha conexões com William Plotnikov, importante líder islâmico de uma célula insurgente da região do Daguestão. Dzhokhar Tsarnev, afirmou, após interrogatório das forças de segurança norte-americanas, que o atentado teria sido motivado pelas guerras promovidas pelos norte-americanos no Iraque e no Afeganistão, bem como por

¹⁸ “*In Yemen, Somalia, Mali and Uganda, America or one of its closest allies have dispatched forces with the unanimous backing of the UN Security Council*”. (The Economist, vol. 409, number 8863, p. 13-15, 23 nov, 2013).

¹⁹ Os dois irmãos viviam legalmente nos EUA.

crenças religiosas *jiadistas*. Entretanto, até o momento, ainda não está muito evidente a relação entre os grupos terroristas originados a partir da "questão do Cáucaso" e esse atentado terrorista em solo norte-americano. É oportuno enfatizar, no entanto, a percepção de muitos especialistas no contexto político da região Cáucaso de que o conflito nacionalista nessa região tem evoluído rapidamente para uma *Jihad* extrarregional, na qual os EUA, além da Rússia, seriam alvos prioritários. Em consonância com a retórica da Administração Obama, Dzokhar Tsarnev foi indiciado em 22/04/2013 pelo Departamento de Estado dos EUA pelo uso de armas de destruição em massa contra civis, ou seja, receberá um tratamento criminal segundo as leis internas norte-americanas ou invés de "combatente inimigo fora da lei". Ele será julgado por um tribunal civil, contrariando o pedido de três senadores republicanos para que ele fosse indiciado como "combatente inimigo fora da lei".

Por fim, o Governo Obama vem enfrentando pesadas críticas da comunidade internacional, em decorrência das denúncias de espionagem internacional, inicialmente feitas pelo diário britânico *The Guardian* em 05/06/2013, realizadas pela *National Security Agency* (NSA), inclusive a chefes de Estado de importantes nações politicamente aliadas aos EUA. Essas informações foram passadas ao periódico britânico por um ex-técnico da CIA, Edward Snowden, que em meados de 2013, conseguiu asilo político na Rússia. A administração estadunidense tentou inicialmente justificar as escutas telefônicas a líderes de nações amigas como uma forma de proteger esses países do terrorismo internacional, mas ficou evidente que a temática terrorismo, assim como na Administração George W. Bush ²⁰serviu, nesse caso, apenas de "fachada" para outros objetivos da política exterior norte-americana. Líderes da União Europeia divulgaram um comunicado no dia 25/10/2013 afirmando

²⁰ "After the devastating attacks of September 11th 2001, American foreign policy lost its compass. It was right to try to foster liberty and security, by attacking al-Qaeda and seeking to prevent the proliferation of weapons of mass destruction. Yet that effort somehow ended up looking to much of the world as if America was bent on imposing violent change by means of raw power. The country is still paying the price today. (The Economist, vol. 409, number 8863, p. 13-15, 23 nov, 2013).

que a desconfiança sobre os métodos de espionagem norte-americano poderia prejudicar os esforços mundiais no combate ao terrorismo.

DO TERRORISMO NA RÚSSIA:

“From Russia, with love”:^{21 22}

O radicalismo islâmico cresceu extraordinariamente na década de 1980. Nessa década, o radicalismo islâmico sunita, do qual Osama bin Laden pode ser considerado parte, considerava o comunismo soviético como principal inimigo, diferentemente do radicalismo xiita, que tinha o ocidente como principal inimigo (HERTZ, 2010). É importante destacar que bin Laden lutou junto a resistência afegã contra a ocupação soviética ao Afeganistão, iniciada após a invasão em 1979. No início dos anos de 1980, houve uma sensível alteração no enfoque adotado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e até mesmo pela ONU sobre o combate ao terrorismo. Isso se deu após um incidente no qual, pela primeira vez, a União Soviética foi exposta ao terrorismo internacional moderno, quando quatro membros de seu corpo diplomático foram sequestrados em Beirute, em 01/10/1985. As resoluções da ONU, a partir de então, passaram a afirmar claramente que o terrorismo não mais poderia ser justificado por motivo algum, nem mesmo quando estivesse relacionado ao direito de autodeterminação dos povos, o qual continua a ser parte importante da política da ONU, mas que tampouco pode servir para justificar ou tolerar atos de terror. (CRETELLA, 2008). A retirada das tropas russas do Afeganistão em 1988, já apontavam para o esmorecimento do poder soviético e que a

²¹ “*The novel that President John F. Kennedy named one of his favorite books of all time.* (JOHN F. KENNEDY PRESIDENTIAL LIBRARY AND MUSEUM).

²² *From Russia, with love* é um romance de Ian Fleming de 1957, no qual o agente britânico, James Bond, e a agente da KGB, Tatiana Romanova, enfrentam os atos de vingança da organização **SPECTRE** (**SP**ecial **E**xecutive for **C**ounter-intelligence, **T**errorism, **R**evenge and **E**xtortion).

Guerra Fria já tinha perdido muito de seu caráter de ameaça sistêmica desde 1987 (PINELI ALVES, 2011). É importante enfatizar que a derrota soviética no Afeganistão e o colapso da URSS reduziu significativamente os fatores que motivavam a luta de grupos sunitas fundamentalistas que se opunham à Rússia.

Sem foice nem martelo:

O desmonte da autoridade legal, em decorrência da *glasnost* e da *perestroika*, trouxe de volta o problema das nacionalidades, que deixou o ambiente político ainda mais tenso e diminuiu ainda mais as chances das reformas econômicas funcionarem. Até então, ao menos em termos jurídicos, havia autonomia territorial para as quinze repúblicas e as muitas regiões e áreas autônomas dentro delas. Apesar disso, com a exceção dos países do Báltico, ninguém pensava em separatismo antes de 1989. Em geral, os movimentos nacionalistas queriam mais autonomia em relação a Moscou (BERTONHA, 2011). Na década de 1990, as forças de desintegração da Federação Russa pareciam extremamente poderosas. Várias regiões e repúblicas que formavam a Federação Russa, inclusive habitadas por etnias russas, começaram a exigir autonomia ou independência. Vários povos que a compunham começaram a entrar em conflito tanto com o governo central como com as etnias rivais. Em decorrência do desaparecimento da URSS, surgiram 15 novos Estados. Inicialmente, a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) foi estabelecida, em 8 de dezembro de 1991, por Rússia, Ucrânia e Belarus para ser a Comunidade dos Estados. Contudo, diante dos pedidos de outras repúblicas soviéticas que haviam declarado suas independências para ingressarem na organização, ela aumentou seu quadro e modificou seu nome. Sua fundação ocorreu 17 dias depois, em 25 de dezembro de 1991, com os seguintes signatários: Rússia, Ucrânia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão, Moldávia, Azerbaijão e

Armênia. Ficaram de fora os países bálticos (Lituânia, Estônia e Letônia) e a Geórgia²³.

“A nossa pátria está onde somos amados.”²⁴:

Há uma longa história de conflitos entre o governo de Moscou e a Chechênia desde que os soldados czaristas conquistaram o país em 1859. Existe uma resistência política, de longo prazo, dos chechenos contra a dominação russa. Assim que a URSS se dissolveu, os chechênos proclamaram, sem sucesso, sua independência. Além de tratar-se de uma região geopoliticamente estratégica para os russos, é fundamental para o Kremlin manter o controle sobre os vários oleodutos que cruzam essa região. O conflito da Chechênia, para muitos especialistas, teve início, de fato, no ano de 1994, em uma guerra separatista, mas que rapidamente tem se transformado em uma insurgência islâmica independente no Cáucaso. Nesse ano, Chechênia proclamou sua independência, o que levou a ação militar russa. Soldados russos com pouco treinamento foram lançados contra os "guerrilheiros" chechenos. Apenas graças à pesada artilharia russa, a capital da província, Grozny, pôde ser reconquistada. Os soldados russos saíram da Chechênia em 1996, mas voltaram após três anos, em resposta a explosões em prédios em Moscou e outras cidades russas lançadas por rebeldes. A Chechênia se estabilizou sob o duro controle de Ramzan Kadurov, um ex-rebelde apoiado pelo Kremlin cujas forças são acusadas de amplos abusos aos direitos humanos. Apesar disso, a insurgência islâmica tem se espalhado

²³ A Geórgia não ingressou na CEI em um primeiro momento, assim como os países bálticos. Somente em 1993, após precisar ser ajudada pela Rússia para evitar com que a região separatista da Abkházia se tornasse independente, a Geórgia se tornou membro da organização. Em 2008, após o conflito com os russos envolvendo a região separatista da Ossétia do Sul, que resultou no reconhecimento por parte de Moscou da independência não somente da Ossétia, mas também da Abkházia, o governo georgiano decidiu retirar o país da CEI.

²⁴ Frase cunhada pelo poeta russo Mikhail Lermontov, brilhante escritor que serviu ao exército do Czar, na região do Cáucaso, durante a primeira metade do século XIX.

para as província vizinhas , como o Daguestão, que se localiza entre a Chechênia e o Mar Cáspio, tornando-se o epicentro de reféns de violência com militantes lançando ataques diários contras forças policiais e várias autoridades. (BERTONHA, 2011).

Nessas duas guerras os códigos elaborados em Genebra para humanizar as ações militares e o tratado assinado em Helsinque²⁵, em 1975, para proteger os Direitos Humanos pouco valeram. Os rebeldes chechenos partiram para atos terroristas, como provam, entre outros acontecimentos, as explosões no metro em Moscou, em 2002, e o sequestro de crianças e pais na escola de Belsan, no ano de 2004 (BERTONHA, 2011). Militantes da Chechênia e das províncias vizinhas lançaram uma série de ataques terroristas à Rússia, com destaque para a tomada de reféns em um teatro de Moscou (2002), que terminou com 129 mortos, na mencionada tomada de reféns em uma escola em Belsan (2004), a qual deixou mais de 330 mortos, e vários outros ataques a bomba em Moscou e outras cidades russas. Para muitos especialistas, os rebeldes chechenos têm estabelecidos vínculos cada vez mais evidentes com a al-Qaeda. A Chechênia e a Ossétia do Norte, onde se localizava a escola de Belsan, ficam na região do Cáucaso. A diferença marcante é que os chechenos são, em geral, muçulmanos e acabam misturando seus objetivos nacionalistas com a guerra santa islâmica. Os ossetas são, em maioria, cristãos. Isso torna possível perceber esse atentado sob a ótica proposta por Samuel Huntington, do "Choque de Civilizações".

O separatismo checheno e a consequente violência em sua luta, bem como as tensões na Inguchétia e no Daguestão, são considerados, entre outros, fatores da contemporânea fraqueza estrutural do País. Essa percepção levou à tentativa de estabilização forçada da Chechênia, sobretudo a partir de 1999, quando a Rússia enviou tropas para a região com a justificativa supostamente de combate ao terrorismo. Na última década, cerca de 15 mil militares russos e 50 mil chechenos

²⁵ “One of Mr Kissinger’s most successful acts, during the Ford years, was to sign the Helsinki accords, which became a charter for dissidents in Warsaw Pact countries”. (The Economist, vol. 409, number 8863, p. 13-15, 23 nov, 2013).

pereceram no conflito, inicialmente de tintas nacionalistas, mas crescentemente associado ao radicalismo islâmico do lado checheno (CUNHA, 2009). Dessa forma, Moscou tem recusado sistematicamente qualquer tipo de negociação com células terroristas, independentemente do número de reféns envolvidos, temendo, entre outros motivos, legitimar ideias separatista no interior da Federação Russa ou incentivar novas ações terroristas no interior do País. Em suma, o Estado russo não hesitou, principalmente após Vladimir Putin assumir a Presidência, em usar tática de "terror contra o terror", principalmente, para debelar os grupos nacionalistas e *jiihadistas* da região do Cáucaso.

A Diarquia Putin-Medvedev:

No ano de 1999, Bóris Yeltsin renunciou à presidência da Rússia, assumindo, em seu lugar, interinamente, o então Primeiro-Ministro Vladimir Putin, um ex-coronel da *Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti* (KGB), que logo depois foi confirmado para o cargo presidente nos anos de 2000 e de 2004. O desafio com que Putin se defrontou quando assumiu a Presidência não foram simples: impedir a desestruturação do Estado russo, cujo sinal mais evidente era a pretendida secessão da Chechênia. O Presidente Putin, ainda em 1999, declarou que o terrorismo tem raízes internacionais, e nenhum país poderá vencê-lo sozinho. No entanto, segundo Shuvalov (2005), sua posição recebeu apoio só quando os EUA sofreram os atentados terroristas em seu território nacional. No início de seu mandato, Putin foi visto como uma grande incógnita. Alguns analistas o consideravam uma simples continuidade da era Yeltsin, enquanto outros o viam como um líder autoritário, pronto a restaurar um regime de força na Rússia, nos moldes da URSS, que ele havia servido. Nos anos seguintes, a segunda opção parece ter se mostrado mais correta. Sua defesa da lei e da ordem, parece significar ordem, com ou sem lei. De qualquer forma, a única coisa que está perfeitamente clara é que Putin busca a centralização do poder. Além disso, é relevante destacar o interesse político russo em recuperar o prestígio internacional. Isso ajuda a explicar, além dos motivos geopolíticos, a obstinação russa em manter o controle da região do Cáucaso (BERTONHA, 2011). Em resumo, como enfatiza Spitzcovsky (2005): “*Os quatro primeiros anos de Putin*

no Kremlin também tiveram como prioridade enfrentar o terrorismo e controlar uma situação econômica outrora castigada pela recessão, escassez de bens de consumo, inflação avassaladora e a crise financeira de 1998”.

A reconstrução do poder do Estado russo fez-se, sem dúvida, à custa da autonomia das repúblicas da Federação e daquilo que no Ocidente seria tido como o espírito que deve inspirar um Estado Democrático de Direito. A “Guerra ao Terror”, declarada pelos Estados Unidos, alguns anos após o início Segunda Guerra da Chechênia²⁶, serviu sobretudo para desviar a atenção internacional das constantes violações dos Direitos Humanos e das Convenções de Genebra e de Haia, por ambas as partes, no conflito na Chechênia, legitimando, em parte a ação russa na região. Esse conflito no Cáucaso, ademais, levou o Governo de Putin a ser um dos principais demandantes do fortalecimento do combate internacional ao terrorismo. Desde o 11 de Setembro de 2001, o Presidente Putin tem relacionado sua luta pelo controle da Chechênia ao combate ao terrorismo internacional, ressaltando, sobretudo, o envolvimento da al-Qaeda com grupos insurgentes da região. Dada a coincidência de interesses e a crescente influência da Rússia em região de grande presença islâmica, Putin, que apoiou a ação americana no Afeganistão, exige do Ocidente que os rebeldes tenham status dos demais terroristas. Dessa maneira, o endurecimento internacional da “Guerra ao Terror” foi alimentado pela Rússia de Putin, que buscou liberdade e legitimidade internacional para combater, isolar e conter o separatismo checheno (PECEQUILO, 2010).

Até mesmo antes da retórica da guerra preventiva de Bush, o Presidente Putin já havia declarado a possibilidade de ações militares russas para liquidar terroristas

²⁶ Washington chegou a propor auxílio à região durante os conflitos dos anos de 1990. Os EUA, entretanto, sempre apoiaram a integridade territorial russa, nunca endossando o desejo dos separatistas por um Estado independente. Também apoiaram o direito russo de colocar fim ao terrorismo na região. A Rússia queixou-se, ainda, de campanha de informação hostil, que a acusa de atrocidades na Chechênia, especialmente do double standard europeu, que prega “conversas de paz” com os separatistas, não os considerando necessariamente terroristas e, por vezes, dando-lhes tratamento benigno.

em qualquer localidade, se necessário com ataques preventivos fora do território russo, como em agosto de 2002, contra supostas bases chechenas na Geórgia. Havia suspeitas de que Geórgia e Azerbaijão apoiassem os chechenos, além dos prováveis elos dos separatistas com grupos terroristas islâmicos, sobretudo a al-Qaeda. A invasão norte-americana ao Iraque, entretanto, marca um retrocesso em relação à colaboração russa à “Guerra ao Terror” de Bush. O plano messiânico de Bush de exportar os princípios da democracia liberal não agradou ao Kremlin e bateu de frente com as práticas oriundas da política dos clãs políticos que ainda exaltam a institucionalização do tipo soviético (PECEQUILO, 2010).

Além disso, um ponto de inflexão na doutrina russa de combate ao terrorismo foi idealizado após o atentado terrorista em Beslan. O ataque à escola em Beslan, na Ossétia do Norte, região que tem maioria cristã, exemplifica como a mídia é uma das mais importantes armas dos terroristas hoje em dia. A própria negociação com os terroristas constituiria, segundo alguns analistas, um prêmio fulcral aos terroristas, porquanto isso poderia conferir um reconhecimento implícito à causa chechena, outorgando-lhes alguma legitimidade. Foi justamente essa ideia que as autoridades russas tentaram rejeitar. Assim, o Governo restringiu a cobertura jornalística, justamente para colocar em prática a tática de não permitir o que os terroristas provavelmente mais desejam, a divulgação global de sua causa²⁷²⁸. Depois disso, Putin decidiu, então, por uma solução de força, que, de antemão, já se desenhava como uma tragédia sem precedentes no País. Na confusão que se seguiu ao assalto de tropas especiais russas à escola, mais de trezentas pessoas foram mortas, a maior

²⁷ “Adhering to reporting restrictions introduced after the theatre siege two years ago, the main state television channels stopped live broadcasts when the explosions began and resumed only an hour later. The editor of the newspaper *Izvestia*, Raf Shakirov, resigned over the paper's critical coverage of Beslan, reportedly on the Kremlin's orders (the paper is owned by Vladimir Potanin, the media magnate most loyal to Mr Putin). Two Russian journalists noted for their reporting on Chechnya, Andrei Babitsky and Anna Politkovskaya, were turned back on the way to Beslan—he was arrested after a staged scuffle, she was mysteriously poisoned” (The Economist, p. 15-17, 9 set. 2004).

²⁸ “The full truth of how Beslan came about will probably never be known to the public. President Vladimir Putin has ordered an inquiry, but it will be an internal one. What creates men and women capable of the barbarity at Beslan, though, does not need an inquiry to discover. It is visible just across the border”. (The Economist, p. 15-17, 9 set. 2004).

parte delas crianças (HERTZ, 2010). Após o massacre, anunciou mudanças radicais no sistema político da Rússia e uma recompensa de US\$ 10 milhões por informações que levassem à captura dos dois principais líderes chechenos, Shamil Basayev²⁹, considerado o inimigo número um da Rússia, e Aslan Maskhadov³⁰.

Após o massacre na escola em Beslan, o Governo Putin adotou uma das mais controversas e radicais medidas recentralizadoras do Estado russo contemporâneo. Foram eliminadas, segundo Pecequillo (2010), as eleições para governadores regionais: estes passaram a ser indicados pelo presidente federal, com aprovação das assembleias locais. O Presidente afirmou que: *"as atrocidades que encontramos em Beslan nos dão o completo direito moral de insistir que as pessoas que se opõem a Rússia são parte da "internationale terrorista" e definiu os terroristas como "bandidos que se escondem atrás de slogans políticos, religiosos ou nacionalistas para tentar resolver questões que não têm nada a ver com o que dizem publicamente"* (CUNHA, 2009 p. 109). Com esse discurso, o Presidente Vladimir Putin deixou bem evidente que não considera legítima a causa separatista chechena e que não corroborava uma das perspectivas da "Doutrina Bush" de que exportação da democracia seria uma arma fundamental no combate ao terrorismo internacional. O Kremlin passou a tratar esse assunto com firmeza e impondo, se necessário, cada vez menos autonomia às províncias consideradas rebeldes e ou que fossem foco de células terroristas.

A posse de Dmitry Medvedev, no ano de 2008, como Presidente da Federação Russa, tendo como seu Primeiro-Ministro Vladimir Putin, foi precedida de grande especulação tanto no cenário internacional como no doméstico. Ressalte-se que, até o presente momento, a conduta do governo de Dmitri Medvedev (2008-2012) neste campo específico reflete as linhas de ação desenvolvidas pelo seu antecessor. Em função disto, não será apresentada uma doutrina de política externa

²⁹ Não estava presente em Beslan, mas foi considerado, desde o atentado teatro Dubrovka (2002), um dos líderes da célula terrorista.

³⁰ Maskhadov, que foi Presidente da Chechênia, negou constantemente a responsabilidade pelos atos terroristas. Descreveu os rebeldes do Massacre de Beslan como "loucos" originados no seio da causa de atos de brutalidade cometidos pelos russos.

de Medvedev, sendo esta tratada como uma continuação natural da estratégia traçada por Putin. Logo, alguns eventos ocorridos após março de 2008, mês da troca de presidentes, serão analisados sem que seja apresentada solução de continuidade no padrão de ação do Kremlin perante o espaço pós-soviético e o sistema internacional.

O terrorismo na Rússia tem evoluído de sua forma clássica, segundo a definição de Jenkins (2009), caracterizada por ser territorialmente localizada, com objetivos regionais, alvos específicos e objetivos delimitados em atingir um único ator para um terrorismo semelhante ao que afeta os Estados Unidos, de alcance global. Isso fica bem evidente na análise de Hughes (2007), na qual o autor descreve como o terrorismo nacionalista checheno tem evoluído para um movimento de *jihadismo* com propósitos muito mais amplos e globalistas.

O velho regionalismo unilateral da “Mãe Rússia”:

A CEI, que poderia representar um meio institucional legítimo para a Rússia preservar sua influência política e econômica sobre os novos Estados, não recebeu, inicialmente, a devida atenção por parte do Kremlin. Outros mecanismos de integração, dessa forma, foram criados na época, como o *Tratado de Segurança Coletiva* (TSC) e a *Força de Manutenção de Paz da CEI*, ambos de 1992. Apesar disso, em dezembro de 2000, onze dos então doze países CEI, assinaram um acordo sobre a criação de um Centro de Combate ao Terrorismo. O Turquemenistão foi o único participante da cimeira que não firmou o documento. No contexto do *Centro de Combate ao Terrorismo*, tem-se realizado exercícios militares entre os países membros e troca de informações entre órgão de segurança e de inteligência. Apesar do pequeno protagonismo atribuído a essa Instituição, quanto a esse tema, inicialmente a CEI concluiu em Minsk, em 04/06/1999, o *Tratado de Cooperação entre Estados-Membros da Comunidade de Estados Independentes para Combater o Terrorismo*, contendo 25 artigos, que entrou em vigor em outubro de 2010 para o Tadjiquistão e, sucessivamente, para os demais Estados-Membros. Essa convenção, diferentemente das demais, define terrorismo, em seu 1º artigo, como um ato ilegal cometido com a finalidade de enfraquecer a segurança pública, influenciar o processo de decisão pelas autoridades ou aterrorizar a população com violência,

danificação ou dano de propriedade, ameaça à vida de homens de Estado ou figuras públicas, ataque a representações de Estados estrangeiros e outros atos classificados como terrorismo pela legislação das Partes ou por outros instrumentos jurídicos internacionais (CRETELLA, 2008). Define ainda nos demais artigos, de forma detalhada, "terrorismo tecnológico", "instalações que representem crescente perigo tecnológico e ambiental, "unidades especiais antiterroristas" e "itens e suprimentos especiais", relativos ao tema (CRETELLA, 2008).

Outro importante mecanismo regional de combate ao terrorismo é a *Organização para Cooperação de Xangai*³¹, em que na essência de seus principais tratados para o tema, percebe-se uma evidente relação entre terrorismo e separatismo. As origens da OCX remontam à organização “Os Cinco de Xangai” formada em 1996 pela China, Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão. Em 2001 ela se transformou em Organização para Cooperação de Xangai, quando o Uzbequistão se juntou aos demais membros. Nos seus mais de dez anos de existência, a Organização tem expandido sua relevância regional para se tornar um elemento de considerável importância no jogo político da Eurásia. A temática da segurança foi ponto fulcral para a formação desse bloco e o combate ao terrorismo constituiu um dos elementos centrais da Carta de fundação desse bloco. A Rússia e a China possuem regiões separatistas, respectivamente a Chechênia a Xinjiang, além de todos os Estados do bloco sofrerem recorrentemente com problemas relativos ao terrorismo praticado por organizações islâmicas radicais (VISENTINI, 2012).

A *Convenção ao Terrorismo, ao Separatismo e ao Extremismo*, adotada em 15/06/2001, contém 21 artigos. O primeiro desses tratados foi emendado por um Protocolo Adicional, adotado em Islamabad em 06/01/2004, contendo 24 artigos e um Anexo, o qual faz remissão a dez convenções internacionais em vigor. Seguem o modelo geral das primeiras convenções relativas ao combate ao terrorismo internacional, não descrevendo especificamente o delito e fazendo referência a outras convenções em vigor. Estabelecem o mecanismo de extradição como fundamental

³¹ Shanghai Cooperation Organization (no texto).

para a repressão ao terrorismo e também dispõem que os crimes enumerados são extraditáveis. Além disso, outra importante característica dessas convenções é a lista de condutas criminosas a serem consideradas não políticas, para fins de extradição, o que impede o uso da "exceção política" para obstar a extradição de acusados (CRETELLA, 2008). A instrumentalização mais concreta de algumas outras metas de segurança começou a ser delineada com a Convenção de Xangai de Combate ao Terrorismo (2009). Desde então, foram feitos exercícios conjuntos pelos serviços de segurança dos Estados membros (VISENTINI, 2012).

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A própria forma como o fenômeno do terrorismo tem sido percebido ao longo dos anos tem mudado significativamente, como evidencia a frase de Robespierre (2000): *"le Terreur n'est que la justice prompte, severe, inflexible; elle est done une emanation de la vertu; consequence du principe general de la democracie appliqué aux plus pressants besoins de la patrie"* (ROBESPIERRE, 2000 p.165)

A significativa contribuição da Escola de Copenhague para os estudos de segurança é mais bem apreendida por meio da contextualização de seu trabalho em relação ao histórico dos estudos de segurança, assim como em relação aos debates realizados no campo de teoria das Relações Internacionais. Uma das principais contribuições dos autores de Copenhague para os estudos de segurança diz respeito ao papel de síntese de seu trabalho em relação aos debates mais amplos realizados no campo de teoria das Relações Internacionais e ao debate sobre segurança internacional no pós-Guerra Fria.

O processo de securitização do terrorismo no caso dos Estados Unidos se deu pela construção retórica do fenômeno pelos atores centrais do sistema de segurança norte-americana. A partir dessa narrativa, o terrorismo emergiu como uma das principais ameaças existenciais aos EUA no pós-Guerra fria e fundamentou todas as ações de intervenção unilateral da política externa norte-americana no sentido de eliminá-lo (GARCIA SOAREZ, 2012). A retórica de exportação da democracia, tão evidente após a invasão do Iraque, em 2003, não se mostrou tão consistente aos olhos da Sociedade Internacional. Há quem defenda que o excesso de intervencionismo

norte-americana no propósito de exportar a democracia possa ainda ter gerado um sentimento antiamericanista nos países que foram palco de tais ações.

Em temas de defesa e segurança internacional, a frase cunhada por estadistas³² europeus ainda no século XIX: "*Russia is never as strong as she looks; Russia is never as weak as she looks.*" nunca foi tão atual. A história recente da Rússia indica que o cenário político mais provável, para os próximos anos, é a manutenção de um sistema autocrático. O Governo Putin assumiu o desafio de recuperar a autoridade do poder central. Não por acaso, uma de suas primeiras ações, ao assumir o Governo, foi enviar tropas para a Chechênia, a fim de impor a autoridade do Estado russo na região separatista. O engajamento russo na "Guerra ao Terror" permanece elevado, sobretudo após o atentado de Beslan, quando o Presidente Putin declarou estar a Rússia em guerra e realizou reformas profundas administrativas centralizadoras no contexto doméstico. Assim como nos EUA no pós-11 de Setembro, o atual discurso russo acentua a dimensão moral do combate ao terrorismo. Hughes (2007) ainda enfatiza o fato de o terrorismo na região da Chechênia ter evoluído rapidamente de um terrorismo nacionalista para um movimento *jihadista*, o que tem forçado uma mudança, na última década, da perspectiva russa sobre o terrorismo, tornando-a, cada vez mais, internacional.

Nos Estados Unidos e na Federação Russa, a prática de intervenção militar preventiva esteve, em diversos casos, no centro dos esforços para combater o terrorismo internacional. Em ambos os países, não obstante a retórica alinhada ao Direito Internacional, ficou evidente a "flexibilização" dos Direitos Humanos no combate ao terrorismo internacional (BELLAMY, 2008). Os dois países fazem também uso sistemático de mecanismos regionais de segurança para promover a

³² Essa frase, com algumas variações, já foi atribuída a estadistas como Talleyrand, Churchill e Bismarck. Em 2002, por exemplo, o Presidente Putin pronunciou-a atribuindo a seguinte versão a Winston Churchill: "*Russia was never so strong as it wants to be and never so weak as it is thought to be*" (KATZ, 2006).

cooperação internacional no combate ao terrorismo, entretanto, não hesitaram em agir unilateralmente quando julgaram necessário.

DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. **Security Communities**. New York: Cambridge University Press, 2002.
- ARCHIBUGI, Daniele. **Terrorism and Cosmopolitanism**. Brooklyn, New York: Social Science Research Council, 2012.
- ARON, Raymond. **Penser la guerre, Clausewitz: l'âge européenne**. Paris: Gallimard, 1976.
- BELLAMY, Alex J. **Fighting Terror: Ethical Dilemmas**. New York: Zed Books, 2008.
- Bergen, Peter (2001). **Holy War, Inc.: Inside the Secret World of Osama bin Laden**. New York: Free Press, 2001.
- BERTONHA, João Fábio. **Rússia ascensão e queda de um império: uma história geopolítica e militar da Rússia, dos czares ao século XX**. Curitiba: Ed. Juruá, 2011.
- BOBBIO, Norberto; Mateucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco, *Dizionario di politica*, trad. port. de C.C. Varriale et. al., **Dicionário de Política**, Brasília, UnB, 2004.
- BOYATT, Mark D. **Unconventional Operations Forces of Special Operations**. Study Project. Carlisle Barracks: U.S. Army War College, 1993
- BUZAN, Barry. **Peace, power, and security: contending concepts in the study of International Relations**. *Journal of Peace Research*, v. 21, n. 2 (Special Issue on Alternative Defense), p. 109-125, Jun, 1984.
- _____. **People, states and fear: an agenda for international security studies in the post-Cold War**. London: Hasvester Wheatsheaf, 1991.
- BUZAN, Barry e Hansen, Lene. **Evolução dos estudos de Segurança Internacional**. Ed. UNESP. 2012.
- CESA, Marco. **Machiavelli on International Relations**. Oxford University Press, 2013 [Kindle Edition].

CHANNON John, **Atlas historique de la Russie. Puissance et instabilité d'un empire européen, asiatique et arctique.** Paris: Editions Autrement, 1997.

CHANDLER, David. **From Kosovo to Kabul and beyond.** Londres: Pluto Press, 2002.

CHOMSKY, Noam. **Power and Terror: Post-9/11 Talks and Interviews.** Seven Stories Press, 2003.

COUCH, Dick. **Down Range: Navy SEALs in the War on Terrorism.** Three Rivers Press, 2006 [Kindle Edition].

CRETELLA. José. **Terrorismo Internacional: inimigo sem rosto – combatente sem pátria.** Campinas: Ed. Millenium, 2008.

CUNHA, Ciro Leal. **Terrorismo internacional e política externa brasileira após o 11 de setembro.** Brasília: FUNAG, 2009

DOLON, Chris J. **Bush Doctrine and U.S Interventionism,** 2004

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

FLEMING, Ian. **From Russia, with love.** Las Vegas: Thomas & Mercer, 2012 [Kindle Edition].

GALEOTTI, Mark. **The politics of security in modern Russia.** Surrey: Ed. Ashgate, 2010.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar.** 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GARCIA SUAREZ, Marcial. **As guerras de George W. Bush e o terrorismo no século XX.** Curitiba: Ed. Appris, 2012.

GLENNON, MICHAEL J, and SERGE SUR, eds. **Terrorisme et Droit International.** Centre d'Étude et de Recherche de Droit International et de Relations Internationales. Leiden, The Netherlands : Martinus Nijhoff, 2006

DAVIES, Barry. **SAS Shadow Warriors of the 21st Century: The Special Air Service Anti-Terrorist Team.** Lewis International, 2002.

DERRIDA, Jacques. **Força de Lei.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DILLON, Michael & REID, Julian. **The Liberal Way of War.** Londres: Ed. Routledge, 2009.

DOYLE, Michael & MACEDO, Stephen. **Striking first: preemption and prevention in international conflict**. Princeton: Ed. Princeton University Press, 2008.

DURAND Marie-Françoise, **Atlas de la mondialisation. Comprendre l'espace mondial contemporain**, Paris: Les Presses de SciencesPo, 2010.

EDELSTEIN, Dan. **The Terror of Natural Right: Republicanism, the Cult of Nature, and the French Revolution**. Chicago: Ed. University of Chicago Press, 2009.

GUZZINI, Stefano; JUNG, Dietrich (Org.). **Contemporary Security Analysis and Copenhagen Peace Research** . Londres: Routledge, 2004.

HAHN, Gordon M. **Russia's Islamic Threat**. Yale University Press, 2007 [Kindle Edition].

HERZ, Monica; AMARAL, Arthur Bernardes do. **Terrorismo & relações internacionais: perspectivas e desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 2010.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **A Era dos Extremos**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2001.

_____. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo, 2007.

HUGHES, James: **Chechnya: From Nationalism to Jihad**. Pennsylvania University Press, 2007 [Kindle Edition]

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HURRELL, Andrew. **On global order: power, values, and the constitution of international society**. Oxford : Oxford University Press, 2007 [Kindle Edition].

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução as relações internacionais : teoria e abordagens**. Rio de Janeiro : Zahar, 2007.

JERVIS, Robert (2003). "Understanding the Bush Doctrine". *Political Science Quarterly*, 3, pp.vol. 118, nº 3, pp. 365-388, 2003.

JENKINS, Brian Michael. **International Terrorism**. In: *The Use of Force Military Power and International Politics*. New York: Rowman & Littlefield Publishers INC, 2009.

JOHNSON, Janet B.; JOSLYN, Richard. **Political science research methods**. Washington, D.C.: Congressional Quarterly, 1991

KATZ, Mark N. **Is Russia Strong Or Weak**. Washington: United Press International, 2006. [Kindle Edition]

KRASNER, Stephen. **International Regimes**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

KEOHANE, Robert. **The Globalization of Informal Violence**, Brooklyn, New York: Social Science Research Council, 2012

LASSERRE, Isabelle. **La nouvelle doctrine antiterroriste d'Obama**. Paris: Le Figaro, 07/10/2013.

LIEVEN, Anatol: **Chechnya: Tombstone of Russian Power**. Yale University Press, 1999 [Kindle Edition].

MACFARLANE, Douglas E. **A Counterterrorism Story: A Review of the Counterterrorist Policy of the United States**. Newport: U.S. Naval War College, Department of Operations, 1991.

MANIN, Bernard. **Saint-Just, la logique de la terreur**. Libre: politique, anthropologie, philosophie. 6. Paris: Payot, 1979.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: M. Claret, 2003.

MAYER, Jane. **Dark Side: The Inside Story of How the War on Terror Turned into a War on American Ideals**. New York: Doubleday, 2008 [Kindle Edition].

MCSWEENEY, Bill. Durkheim and the Copenhagen School: a response to Buzan and Waeber. **Review of International Studies**, v. 24, p. 137-140, 1998.

MESSARI, Nizar. Terrorismo nas relações internacionais: lições do passado, ações do presente. In MONICA HERZ & ARHUR BERNARDES do AMARAL. **Terrorismo & relações internacionais: perspectivas e desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 2010.

NASSER, Reginaldo Mattar. **Novas perspectivas sobre os conflitos internacionais**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010.

FERGUSON, Niall. **Colosso - Ascensão e Queda do Império Americano**. Ed. Planeta do Brasil, 2013.

NYE Jr., Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial**. São Paulo: Gente, 2009.

OLIKER, Olga: **Russia's Chechen Wars 1994-2000: Lessons from Urban Combat**. RAND Corporation, 2001.

O'BALLANCE, Edgar: **Wars in the Caucasus, 1990-1995**. New York University Press, 1997. [Kindle Edition].

O'LOUGHLIN, Ben. The intellectual antecedents of the Bush regime. In: COLÁS, Alejandro; SAULL, Richard (Ed.). **The war on terrorism and the American "empire" after the Cold War**. London, New York: Routledge. 2006.

O'SULLIVAN, John L. on *Manifest Destiny*, 1839.

ORR, Michael: **Russia's Wars with Chechnya, 1994-2003**, Osprey Publishing, UK, 2007.

OWEN, Mark. **No Easy Day: The Autobiography of a Navy Seal: The Firsthand Account of the Mission That Killed Osama Bin Laden**. Thorndike Press, 2012 [Kindle Edition].

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Rússia: desafios presentes e futuros**. Curitiba: Juruá, 2010.

_____. Os Estados Unidos e o século XXI, Rio de Janeiro, RJ: Ed Campus, 2013.

PERKINS, Christopher S. **Special Operations Forces (SOF): An Integral Part of the Theater Operating System**. Newport: Naval War College, 1994.

PICARD, Maurin. **L'Amérique frappe al-Qaida en Libye et en Somalie** Paris: Le Figaro, 06/10/2013.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo, SP: Cultrix, 1993.

QUOC DINH, Nguyen, Patrick Dailler e Alain Pellet. **Direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.

ROBESPIERRE, Maximilien. **Pour le Bonheur et pour la liberte**. Paris: La Fabrique editions, 2000.

_____. **Textes choisis**. Ed. Jean Poperen. 3 vols. Paris: Éditions Sociales, 1956–58.

ROBINSON, Linda. **The Future of U.S. Special Operations Forces**. Council on Foreign Relations Press, 2013.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **O processo de democratização da Terceira Onda de Democracia: quanto pesam as variáveis externas?**

BOLETIM MERIDIANO 47, v. 11, n. 115, 2010.

SANTOS, Maria Helena de Castro & TEIXEIRA, Ulysses Tavares. **Bush Doctrine: the invasions of Iraq and Afghanistan**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol.56, n.2, pp. 131-156,. 2013.

SARAIVA, JOSE FLAVIO SOMBRA. **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX a era da globalização**. 2. ed. rev. e atual. -. São Paulo : Saraiva, 2008.

SCHMID, Alex P. and Ronald D. Crelinsten. **Western Responses to Terrorism**. London: Frank Cass, 1993.

SHUVALOV, Igor. **APRESENTAÇÃO DO ASSESSOR DO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA**. In Brasil - Rússia: fortalecimento de uma Parceria. Brasília: FUNAG, 2005.

Spitzcovsky, Jaime. **O GOVERNO PUTIN, ESTABILIDADE E PROJETO DE LONGO PRAZO**. In Brasil - Rússia: fortalecimento de uma Parceria. Brasília: FUNAG, 2005.

SUTHERLAND, Benjamin. **MODERN WARFARE, INTELLIGENCE AND DETERRENCE: The technologies that are transforming them”** THE ECONOMIST IN ASSOCIATION WITH PROFILE BOOKS LTD, 2011.

TANNO, Grace. **A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional**. Contexto Internacional, v. 25, n. 1, p. 47-80, 2003.

TOLSTÓI, Live. **Khadji-Mutát**: São Paulo: Ed. Cosacnaif, 2012.

VAISSE, Maurice, **Les Relations Internationales Depuis 1945**. Paris: Armand Collin, 2004.

VIOTTI, Paul R; KAUPPI, Mark V. **International relations theory**. 5. ed. New York: Longman, 2010.